

Congresso não vota projetos

Esfriou no Congresso Nacional a movimentação pela aprovação de projetos alterando as normas para a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e introduzindo os dois turnos nas eleições municipais. A possibilidade da Aliança Democrática vir a ser acusada de estar repetindo casuismos eleitorais, que condenou no passado, aliada aos protestos feitos nos Estados, inclusive por membros da própria Aliança, influíram neste recuo verificado nesta semana.

Em 24 horas refluíu o apoio do PMDB ao apressamento da votação dos projetos e o líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, que lutava por esta votação, manifestou-se

cético quanto à aprovação dos projetos do senador Murilo Badaró, líder do PDS, e Alvaro Valle do PL, que propõem as alterações.

Os líderes do PMDB e do PDS na Câmara, Pimenta da Veiga e Prisco Viana, manifestaram-se particularmente incrédulos em relação à aprovação do projeto de Badaró, determinando a substituição da proporcionalidade das bancadas municipais pelas federais para a divisão de metade do tempo — 30 minutos da propaganda no rádio e TV dos partidos e seus candidatos a prefeito.

Pimenta afirmou: "O PMDB não tomará nenhuma iniciativa para mudar a atual legislação eleitoral. Prisco fez coro: "Percebo um esfriamento do interesse pelas mudanças na legislação". O projeto de Murilo continua em 5º lugar na ordem dos pedidos de votação de urgência na pauta da Câmara, significando que dificilmente será votado na próxima semana.

O projeto de Alvaro Valle, que estabelece dois turnos para as eleições municipais, continua em 6º lugar também na pauta da Câmara de pedidos de urgência. Mas o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, não julgou anteontem um pedido de arquivamento do projeto de Alvaro Valle, feito pelo líder do PTB, alegando que a matéria estaria prejudicada porque projeto idêntico já foi rejeitado na atual sessão legislativa.

Ulysses fugiu do assunto confessando que sequer havia recebido o pedido de Righi enviado anteriormente.